

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.707 - MG (2019/0296467-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : RICARDO SANTOS OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : JOAO PAULO REBOUCAS VALENCA - BA043370
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RICARDO SANTOS OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.094682-2/000).

Infere-se do acórdão recorrido que o paciente foi preso em flagrante, no dia 18/07/2015, pela suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal. Após sua apresentação voluntária, permaneceu em liberdade até que, em julho de 2017, foi decretada sua prisão preventiva.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* que visava a revogação/relaxamento da prisão preventiva. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 905):

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - DEMORA ANÁLISE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO - INOCORRÊNCIA - EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELA DEFESA - COMPLEXIDADE DO FEITO - NÃO CONFIGURAÇÃO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal não resultam de mera soma aritmética, servindo apenas como parâmetro geral, uma vez que variam conforme as peculiaridades de cada processo, observando-se, ainda, o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. Nesse contexto, existe a possibilidade de dilação de prazo para termo da ação penal, se a complexidade do caso concreto exigir e se devidamente justificado o atraso. Ademais, finda a instrução criminal, não há o que se falar em excesso de prazo. Inteligência da súmula 52 do STJ. V.V. Comprovado que o réu está preso preventivamente há mais de dois anos em processo que apura crime sem complexidade, sem que tenha dado causa à demora na prestação jurisdicional, deve ser reconhecido o excesso de prazo para a formação da culpa, com o conseqüente relaxamento da prisão processual.

No presente recurso, o recorrente alega que formulou seu pedido de

Superior Tribunal de Justiça

revogação da prisão preventiva formulado perante o Juízo de primeiro grau somente foi distribuído depois de 6 meses. Aduz que está preso há mais de 780 dias sem julgamento. Defende que a prisão preventiva é desnecessária. Assevera que "*Meras considerações sobre a gravidade do delito ou sobre a credibilidade da justiça, não justificam a custódia preventiva*" (e-STJ fl. 930). Sustenta a possibilidade de fixação de medidas cautelares diversas. Ao final, requer a revogação/relaxamento da custódia cautelar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, bem como o envio das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

